

## MANÉ FAROFA: UM PERSONAGEM DA INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA<sup>1</sup>

### MANÉ FAROFA: UN PERSONAJE DE INTEGRACIÓN FRONTERIZA

Pedro GRANZER FILHO<sup>2</sup>  
Edgar Aparecido da COSTA<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de um comerciante fronteiriço e seu papel na integração entre as zonas rurais de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a história oral junto aos moradores mais antigos com a técnica da bola de neve, a observação da paisagem e diário de bordo para os apontamentos. Observou-se que Mané Farofa era um profundo conhecedor do espaço fronteiriço ao longo da estrada do Jacadigo e que esse elemento foi importante para a criação de estratégias de negócios entre os meados dos anos 1970 e anos 1980. Além dos produtos vendidos, levava informações, cultura e promovia a integração dos fronteiriços.

**Palavras-chave:** Fronteira; Territorialidade; Comércio fronteiriço.

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es analizar las estrategias de un comerciante fronterizo y su papel en la integración de las zonas rurales de Corumbá (Brasil) y Puerto Quijarro (Bolivia). Se utilizó la pesquisa bibliográfica, la historia oral con los pobladores más antiguos utilizando la técnica de la bola de nieve, la observación del paisaje y un cuaderno para las anotaciones. Se demostró que Mané Farofa tenía un profundo conocimiento de la zona fronteriza a lo largo de la carretera de Jacadigo y que esto fue importante para crear estrategias comerciales entre mediados de los años setenta y los ochenta. Además de los productos que vendía, también aportaba información, cultura y promovía la integración de los que cruzaban la frontera.

**Palabras clave:** Frontera; Territorialidad; Comercio fronterizo.

### Introdução

Descrever a fronteira é uma tarefa que envolve muita complexidade, a partir do momento que ocorre a percepção que existem “fronteiras e fronteiras”. De acordo com Machado (2005), no âmbito das relações transfronteiriças, existem diferenças conforme as localidades onde elas ocorrem, em razão da imensa faixa territorial de fronteira do Brasil com outros países da América do Sul. Não apenas o aspecto geográfico, mas ainda o grau de importância dado pelo Estado a essas regiões e as formas de relações constituídas entre os habitantes da zona de fronteira.

<sup>1</sup> O artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Construção histórica das relações de fronteira das famílias camponesas do assentamento Bocaina, Corumbá/MS” defendida pelo primeiro autor em 20/08/2025 no Programa de Pós-graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Mestre em Estudos Fronteiriços pela UFMS (2025). Atualmente é professor da rede estadual do Mato Grosso do Sul e da Prefeitura Municipal de Corumbá-MS. E-mail: pedrogranzer2@outlook.com.

<sup>3</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: edgarac10@gmail.com.

Dessa forma podemos destacar que as regiões de fronteira têm suas semelhanças, mas também tem suas distinções que influenciam nas interrelações dos habitantes dessas localidades. Conforme Valhondo de la Luz (2010, p. 134):

Hablamos de miles de fronteras distintas, pero con un punto común por definición, esto es el límite. Pero como vemos a lo largo de la historia han cambiado y así lo seguirán haciendo. No consideramos que existan dos fronteras iguales, cada una ha sido moldeada por sus gentes, las que viven por y para la frontera, por los políticos, y por todos los que creyeron, fuera verdad o no, que había intereses que defender o que amasar en ellas.

Apesar da ação estatal para estruturar um sistema de controle pelo poder central, as fronteiras se sobressaem conduzindo, ao seu modo, a construção de situações que contemplam as necessidades locais. Incluem-se nesse processo, diferentes atores de distintos segmentos da sociedade.

Devemos nos atentar para o entendimento de que os significados sobre fronteira são construídos no decorrer do tempo histórico e que os mesmos estão sujeitos a modificações originadas pela dinâmica da sociedade que em momentos diferentes ocasiona mudanças nas estruturas vigentes.

A princípio a fronteira era compreendida como uma área que pode ser controlada por um governo central, de onde advém as determinações de tratados que devem ser aplicados com o país vizinho (Machado, 2005). Muitas das vezes essas determinações não atingem as necessidades da realidade fronteiriça, sendo necessária a busca por outros caminhos ou estratégias para a resolução do problema local. Dessa forma verifica-se que a fronteira não deve ser vista como um conceito absoluto ou apenas como uma área periférica do Estado – Nacional. Deve ser considerada como possuidora de dinâmicas próprias construídas no cotidiano, seja no contato exterior com as populações vizinhas ou entre os habitantes do mesmo país.

Para quem vive no espaço fronteiriço, a fronteira não representa um limite. Ao invés disso, ela proporciona conexão e proximidade que estabelecem meios que dinamizam o cotidiano do território. Neste sentido, “a fronteira é uma construção sociopolítica que contém o limite internacional” (Costa, 2013, p. 67). Apesar de possuir um limite territorial, o espaço fronteiriço se apresenta de uma forma diferenciada, pois o limite se torna impreciso devido a dinâmica e aos fluxos processados nessa área geográfica.

Nos dois lados do espaço fronteiriço o uso do território se configura através das ações que ocorrem no decorrer da convivência e dos movimentos constituídos, situações que são estruturadas por diferentes atores que atuam nessa área geográfica. Conforme Benedetti (2011, p. 36), se trata de “un tipo particular de relación social ligada al cambio de localización de las personas y/o de los bienes; es una estrategia de reproducción social a partir de la relación entre lugares, definiendo trayectorias espaciotemporales complejas”.

O limite físico de territórios na fronteira não impede os trajetos de ir e vir, de um lado para outro. A mobilidade humana no espaço fronteiriço aponta sempre para o interesse de qual lado se obterá o benefício necessário de forma individual ou coletiva. Por isso, a fronteira é entendida neste trabalho como região, ou zona de fronteira, como espaço fluido, com mobilidades para ambos os lados. Isso implica na construção das identidades e das territorialidades de fronteira.

De acordo com Gupta e Ferguson (2000, p. 35), “no espaço pulverizado da pós-modernidade, o espaço não se tornou irrelevante: ele foi reterritorializado de um modo que não se conforma à experiência de espaço que caracterizava a era da alta modernidade”. Dessa forma, tem-se a compreensão de que novas identidades se originam, através da confluência de territorialidades tornando-se cada vez mais misturadas e heterogêneas.

Territorialidades “são as estratégias adotadas para se alcançar um objetivo territorial; para imposição, mesmo que aparentemente despretensiosa, de uma ideologia, de uma forma de controle das ideias, com reflexos no território” (Costa, 2023, p. 154). O reconhecimento do território, das suas práticas, dinâmicas, culturas, identidades refletem nas territorialidades que, por sua vez, são produtoras de territórios.

Mesmo no aspecto econômico ou político, percebemos que a fronteira é uma região marcada por diferenças, com suas normas e legislações, delimitadas, fisicamente impostas pelo Estado. As regulações ocorrem para dentro, para o interior do território, onde estão as atividades produtivas e a ordenação social.

Ao se definir fronteira como centro, deve-se mudar de procedimento e comprehendê-la como um local de habitação, de vivência e convivência das pessoas dessas localidades. Ao analisarmos a fronteira temos que refletir primordialmente o que é “ser da fronteira”, informação relevante nas investigações científicas sobre o tema. A partir da ideia de que ser de algum lugar é possuir características únicas que o representam, deve-se entender a fronteira como um lugar único com suas marcas específicas construídas em tempos anteriores. Quando o Estado impõe a fronteira política, ele busca impedir a constituição de uma

singularidade fronteiriça, sendo que o mesmo não consegue obter êxito nessa incumbência (Nogueira, 2007).

Nas áreas rurais de fronteira internacional esse processo se apresenta da mesma forma, ou seja, mesmo existindo as determinações da fronteira política, as populações dessas localidades desenvolvem formas sobrepor os limites impostos pelo Estado. Sobressair para criar formas de estratégias que garantam a sua resistência e consequentemente a sua sobrevivência. Esse pensamento reforça a ideia de quer da fronteira possui identidades concebidas de acordo com as características locais. Sendo a fronteira internacional um espaço de passagem do poder central, a sociedade fronteiriça pode se configurar através de uma identidade originada a partir de única nacionalidade ou de duas ou mais nacionalidades, isto é formada a partir da convivência dos habitantes de cada franja fronteiriça. Como salienta Benedetti (2018, p. 311):

La idea de fronterización (inicialmente propuesta en inglés como bordering) refiere a un esfuerzo estratégico y continuo de creación de diferencias en el espacio con el establecimiento de fronteras. Así, surge la posibilidad relacional entre unos y otros espacialmente diferenciados: entre los de acá y los de allá. Otras veces, la fronterización busca dar coherencia o integridad a un conjunto espacial: todos nosotros somos los que estamos desde acá hasta una frontera.

O sistema operacional dos Estados Nacionais busca manter o controle através das políticas de fronteira, mas as demandas não são atendidas. Então, “os de lá e os de cá” se interagem criando novas estruturas constituindo uma identidade fronteiriça com suas marcantes peculiaridades.

É neste contexto que emergem as criatividades comerciais fronteiriças, moldadas ao seu tempo, em razão da disponibilidade e uso das técnicas. O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias de um comerciante fronteiriço e seu papel na integração entre as zonas rurais de Brasil e Bolívia (Corumbá e Puerto Quijarro, respectivamente).

Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e a história oral junto aos moradores mais antigos. A pesquisa assumiu a técnica da bola de neve, pois à medida que foram surgindo novos elementos, as indicações de novas fontes orais foram incorporadas no trabalho. Também, foi utilizada a técnica da observação e do diário de bordo para registrar as informações sobre a estrada do Jacadigo, a dinâmica local e posterior sistematização das mesmas.

O artigo foi organizado em mais duas seções além desta Introdução e das Considerações finais. A primeira apresenta o contexto espacial da área estudada com foco nas comunidades rurais existentes. A segunda discute a figura de Mané Farofa, um personagem com atuação comercial importante para o abastecimento dos povos rurais da fronteira Brasil-Bolívia no recorte espacial estudado.

## O contexto histórico-geográfico da área estudada

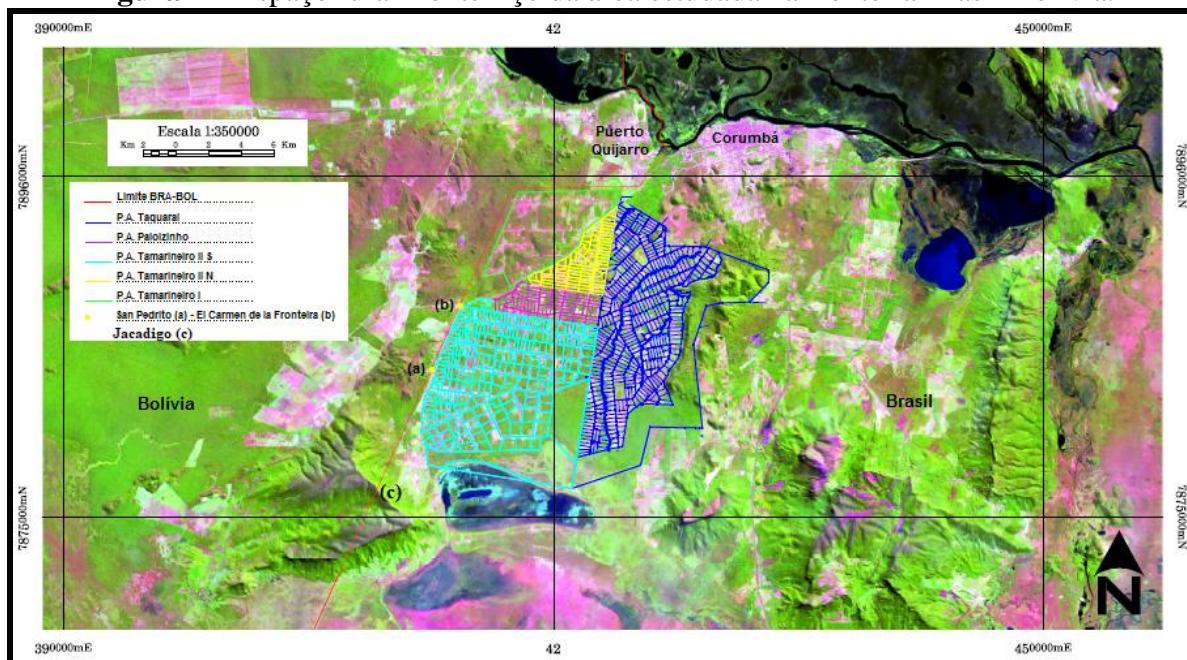
A área geográfica estudada abrange partes das franjas fronteiriças de Brasil e Bolívia, ao longo da linha internacional que defronta Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul (BR) e Puerto Quijarro, na província Germán Bush, departamento de Santa Cruz (BO).

Historicamente, essa fronteira foi construída pelas territorialidades do Estado nacional, de seus agentes territoriais, bandeirantes, mascates, caixeiros viajantes. “Soldados e camponeses enfrentaram as dificuldades do ‘sertão’ desconhecido, ergueram casas, construíram roças e se somaram aos vários grupos indígenas que já habitavam, ou pelo menos percorriam, essas paragens” (Costa, 2013, p. 71).

Ayala e Simon (2011) registraram a presença de povos indígenas das etnias Guatiedéos, Guanás e Kinikináos nas proximidades de Albuquerque, a cerca de 20 km da linha de fronteira. As lógicas territoriais desses povos não eram as mesmas dos portugueses e espanhóis. Certamente desenvolviam territorialidades para além dos limites fronteiriços, por onde estendiam seus territórios de caça e coleta, confrontadas, provavelmente, pelo contato, do lado boliviano, com ameríndios das etnias Xaraiés, Bororos, Chané e Orejones (PPAS, 2012).

Atualmente, no lado boliviano, nas proximidades da linha da divisa internacional, estão localizadas duas comunidades rurais: El Carmen de la Frontera ou Carmo, como é conhecida pelos brasileiros e San Pedrito. No brasileiro, estão os assentamentos rurais da Reforma Agrária: Tamarineiro I, Tamarineiro II, Paiolzinho e Taquaral. Além deles, existem os assentados do PAR Bocaina e a comunidade rural do Jacadigo (Figura 1).

Essas comunidades se formaram em tempos diferentes. As bolivianas são do início do século XX, enquanto os assentamentos rurais brasileiros são de meados da década de 1980. Anteriormente, essas terras eram pertencentes ao Grupo Chamma que atuava, principalmente, com a retirada de madeiras e produção de carvão para a siderurgia local (Sabatel, 2013).

**Figura 1** – Espaço rural fronteiriço da área estudada na fronteira Brasil-Bolívia.

Fonte: Adaptado de Sabaté (2013, p. 58).

Os assentamentos rurais, oriundos dela, são do modelo PA (Projeto de Assentamento), os mais comuns elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O Bocaina, no modelo PAR (Projeto Rápido de Assentamento) é diferente. Foi feito para resolver uma situação de regularização de terras de um grupo que já estava nela e que tinha problemas de posse da terra. Neste modelo, os lotes são entregues com o documento de propriedade definitivo (Informação oral, funcionário do INCRA, agosto de 2024).

O assentamento Tamarineiro I foi primeiro a ser implantado em Mato Grosso do Sul através da Resolução nº 142, de 03 de julho de 1984 (INCRA, 1984). Abrange uma área em torno de 3,7 mil hectares e é composto de 126 lotes que variam de 14 e 30 ha. Oriundo de terras do Grupo Chamma, vários de seus lotes são dispostos ao lado da linha de limite internacional. Foram assentadas pessoas que já trabalhavam na fazenda e algumas famílias de áreas de conflito pela terra das proximidades de Naviraí e, outras de Corumbá (Costa e Sabaté, 2014).

O assentamento Tamarineiro II, com 10,6 mil hectares, foi criado pela Portaria nº 117, de 15 de dezembro de 1995, a partir das terras da mesma fazenda do Tamarineiro I (INCRA, 1995). Foi subdividido em Tamarineiro II Norte, com 76 lotes e Tamarineiro II Sul, com 243 lotes, por conta da faixa de terra que ficou entre as duas partes. Mais tarde, através da Portaria nº 9, de 11 de março de 1996, INCRA criou o Assentamento Paiolzinho, com 1,7 mil hectares e a composição em 70 lotes da Reforma Agrária (INCRA, 1996). As famílias foram trazidas

por movimentos de luta pela terra que estavam acampadas em áreas de conflito com fazendeiros em Mato Grosso do Sul (Costa e Sabaté, 2014).

O assentamento Taquaral foi criado pela Portaria nº 576, de 13 de julho de 1989, com área de 10 mil hectares e 394 parcelas de terra (INCRA, 1989). De acordo com Menegat (2009, p. 55), “305 foram selecionadas em outras regiões do estado, especialmente no antigo acampamento Santo Inácio, atual Assentamento Marcos Freire”, e os demais foram selecionados do município de Corumbá.

O PAR Bocaina foi criado em 11 de janeiro de 1982 pelo INCRA, através da Resolução n.º 03, de 11 de janeiro de 1982, na região denominada Jacadigo, em Corumbá/MS, com vistas a solucionar uma situação de característica ambiental (INCRA, 1982). A localidade que estava ocupada pelos moradores da região sofreu um imenso alagamento por conta das cheias de dois rios que banham essa área fronteiriça: o rio Paraguai (do lado brasileiro) e o rio Tucavaca (do lado boliviano). Por se tratar de uma circunstância emergencial, optou-se pela implantação dessa modalidade de assentamento, uma vez que os procedimentos seriam práticos e rápidos, consistindo no ato de criação, na demarcação dos lotes, na entrega deles aos parceleiros com a licença provisória de ocupação. Foram entregues 27 lotes numa área de 948 ha (INCRA, 2013).

San Pedrito é a comunidade rural boliviana mais próxima do PAR Bocaina e possui um histórico de relações culturais e sociais da região, mas não foi encontrado nenhum estudo acerca de sua formação socioespacial. Por isso, recorreu-se aos moradores mais antigos. Segundo relatado, a comunidade estabeleceu, historicamente, interações com a população brasileira que habitava as grandes fazendas produtoras de gado, antes da implantação do PAR Bocaina. No período de execução da demarcação dos lotes do assentamento Bocaina, trabalhadores dessa comunidade foram contratados para executar abertura de trilhas na mata, pois tinham extenso conhecimento da região (Informação oral, campesino de San Pedrito, julho de 2024).

A comunidade rural boliviana denominada El Carmen de la Frontera completou 119 anos em 2024. Está localizada na zona rural do município de Puerto Quijarro/Bolívia e possui fácil acesso ao Brasil através da estrada municipal Jacadigo, pertencente a área rural de Corumbá-MS, Brasil. Atualmente, essa comunidade rural continua com a mesma configuração no que se relaciona a distribuição espacial das propriedades desde o período da sua fundação, tendo, em média, de 1 ha cada. As residências são próximas umas das outras,

tendo ao centro um núcleo comunitário. Vivem nesta comunidade, aproximadamente, 30 famílias (Costa e Sabatel, 2014).

Antes da implantação dos assentamentos rurais, a comunidade do Carmo, como é conhecida pelos brasileiros vizinhos, tinha seus limites fronteiriços com as fazendas do Grupo Chamma. Nessas fazendas eram praticadas atividades econômicas que correspondiam a criação extensiva de gado e a extração de madeira para a fabricação de carvão, que abastecia antiga siderurgia implantada na área urbana do município de Corumbá. Em razão disso, muitos bolivianos atravessavam a linha fronteiriça para trabalhar nas grandes propriedades rurais, seja no manejo de gado ou na produção de carvão (Costa e Sabatel, 2014).

A partir da década de 1980 configurou-se uma outra forma de relação entre os moradores dessas localidades, pois começaram a se estruturar os Projetos de Assentamento (PA) nas áreas das antigas fazendas. Pessoas oriundas de outras localidades do país passaram a viver neste espaço fronteiriço trazendo novos costumes e novas práticas que se entrelaçaram com a comunidade rural boliviana.

Fator primordial que favorece a convivência entre os membros dessas comunidades é a localização, devido a situação de estarem separados apenas por uma via denominada estrada municipal do Jacadigo. Apesar das transformações ocorridas na estrutura fundiária, quando as fazendas se tornaram assentamentos rurais, as essências dos laços de amizade constituídos anteriormente permaneceram, o que favoreceu de modo substancial na origem e na constituição de uma nova forma de convivência entre os povos fronteiriços desse espaço de fronteira.

O personagem, que será retratado na seção seguinte, utilizava a estrada municipal do Jacadigo, que acompanha a linha internacional da fronteira Brasil-Bolívia e funciona como o principal elo de articulação territorial da região, como sua esteira de deslocamento. É uma estrada sem pavimento asfáltico e, quase sempre, com problemas de manutenção. Naqueles tempos, as condições eram ainda mais precárias.

Do lado brasileiro existiam, como fregueses, alguns trabalhadores que tinham morada na fazenda do Grupo Chamma (onde atualmente estão os assentamentos rurais) e a comunidade do Jacadigo. Esta era formada pelo pessoal que trabalhava nas fazendas das proximidades e num pequeno aglomerado de casas. Foi deste agrupamento de pessoas que surgiu, mais tarde, o assentamento PAR Bocaina, por conta da formação da baía do Jacadigo.

Do lado boliviano, está a comunidade campesina denominada San Pedrito que se localiza às margens da estrada municipal do Jacadigo. Possui fácil acesso e contato com os

assentamentos rurais brasileiros. Essa comunidade pertence à área rural do município de Puerto Quijarro (Bolívia). Nela residem aproximadamente 10 famílias que possuem como fonte de renda o trabalho agrícola de subsistência e a criação de gado.

A estrada está intrinsecamente ligada à vida dos fronteiriços, “já foi palco de lutas pela terra, do nascimento dessas comunidades e de sua sobrevivência. Nela ocorrem os maiores fluxos de pessoas, informações, mercadorias. Funciona como o canal das convivências diárias entre os moradores” (Costa e Sabaté, 2014, p. 30).

Mas, como é a estrada do Jacadigo atualmente? O que ela nos revela e faz imaginar? Para isso foi percorrido todo seu trecho, descrevendo suas paisagens (Figura 2) e anotando as impressões pessoais, as sensações de passar por essa estrada, num diário de bordo, que são retratadas, a seguir.

**Figura 2 – Paisagens da Estrada do Jacadigo na fronteira Brasil-Bolívia.**



**Fonte:** Acervo do Autor, 2024.

Um acesso, “um caminho” que leva não apenas a um lugar. Leva para lado de lá e para lado de cá. Leva a lugares do Brasil (assentamentos e fazendas) e a lugares da Bolívia (comunidades campesinas). No seu trajeto surgem dúvidas que se traduzem em curiosidades, como, por exemplo: que histórias essa estrada tem para nos contar? O que a natureza que

ainda resiste a ações humanas tem a nos revelar sobre esse rincão onde se confluem populações de diferentes culturas? O calor intenso que se faz presente faz fervilhar o pensamento, chegando a imaginar como foi construído esse importante caminho que foi e ainda é fundamental na produção deste espaço fronteiriço.

Em sua extensão podemos constatar a beleza da natureza em seus mais exuberantes detalhes, árvores das mais diversificadas espécies, vegetação seca, vegetação verde, em floração, indicando a chegada da estação primavera. A fauna, também, se apresenta. Não há quem não passe por esse percurso e não tenha a visão de um pássaro, lagarto, cobra, macaco e, se tiver “sorte”, até uma onça parda.

Em época de estiagem a poeira se torna uma constante para quem trafega pela estrada, mas talvez nem sempre tenha sido assim, porque muita coisa mudou no decorrer dos tempos, até porque em décadas anteriores o transporte era realizado por poucos automóveis, carroças e carros de bois e a via de acesso não tinha nenhuma manutenção. Dissipando a poeira surge a frente cenários diferentes que não são cenários naturais anteriormente citados, mas cenários construídos pelos seres humanos: construções (casas, escolas), plantações diversificadas (cana, pomares, plantas ornamentais, hortas, açudes, pesqueiros e balneários, isso tanto do lado de lá (Bolívia), quanto do lado de cá (Brasil).

Como a poeira levantada pela leve brisa, surge mais uma dúvida: Como será daqui para a frente? Como será a relação do ser humano e do meio natural nessa região? Será que as duas populações dos distintos países se conectarão via estrada do Jacadigo?

Prosseguindo, chegamos ao PAR Bocaina, que está situado na região do Jacadigo, por ser um local distante e ermo, surge um sentimento de receio, mas isso devido a questão do desconhecer, ou seja, o desconhecido gera uma situação de desconfiança, insegurança. Mas aos poucos a sensação se transforma, pois, a beleza natural da localidade espanta todo e qualquer receio. A morraria, a vegetação, a fauna se traduzem em encanto para serem admirados. Enfim, a estrada municipal do Jacadigo se apresenta como uma tênue linha divisória, mas que não exerce apenas essa função, vai muito além disso. Pode ser caracterizada como um canal que leva a diversificadas reflexões sobre a construção do espaço fronteiriço em seus diferentes aspectos: cultural, econômico, social e ambiental.

## Mané Farofa

Na produção de um trabalho científico existem diversificados elementos que agregam importantes informações sobre o tema em investigação e, nesta configuração, surgem os personagens icônicos de características diferenciadas que se tornam figuras de destaque na história de uma localidade. Em se tratando de uma narrativa histórica, os personagens se inserem no processo de uma forma cativante e conseguem deixar uma marca duradoura. Alguns personagens dos tempos passados têm o poder de transcender a memória popular tornando-se figuras icônicas reconhecidas e lembradas nos dias atuais.

Durante o trabalho de campo, especificamente nas entrevistas, foi citado um desses personagens que despertou interesse devido a atividade que desenvolvia no espaço fronteiriço Brasil – Bolívia. A figura do Mané Farofa, um comerciante ambulante, caixearo viajante e mascate, brasileiro, casado com boliviana e que vivia em Puerto Quijarro, na província Germán Busch, departamento de Santa Cruz, Bolívia que atuou na fronteira entre os meados dos anos 1970 e 1980.

Quando se fala nesses personagens do comércio, passa pelo imaginário “aqueles homens que andavam de cidade em cidade, ou lugarejo em lugarejo, montados a cavalo e carregando bolsas e malas cheias de apetrechos e objetos para serem vendidos” (Mühlen e Santos, 2018, p. 125). Foram extremamente importantes até início do Século XXI e ainda permanecem, com novas roupagens, nos lugares mais isolados do ponto de vista da infraestrutura deste país.

Apesar de semelhantes existe uma distinção na literatura entre caixeiros viajantes e mascates. Para Xavier et al. (2012), os primeiros executavam dois movimentos: viajavam com uma espécie de caderneta e anotavam os pedidos para, posteriormente, realizar a entrega numa próxima viagem. Os mascates, por sua vez, levam as mercadorias que vendem ao longo de seu percurso e quando acabam, ou quando termina o espaço de deslocamento definido, retorna à sua casa. Cabreira (2001) considera os caixeiros viajantes como um empregado de algum estabelecimento industrial ou comercial.

Numa abordagem regional do Estado de Mato Grosso, entre 1870-1929, Alves (2017, p. 16) afirmava que os caixeiros viajantes atuavam em nome das casas comerciais; “Há evidências de que a casa comercial cuiabana, na primeira metade do século XIX, e certamente mesmo no século XVIII, montou uma rede de coleta de informações cujos agentes eram os tropeiros e os caixeiros-viajantes”.

Alves (2017) faz a distinção entre os caixeiros viajantes e os tropeiros pela escala de atuação. Enquanto os tropeiros faziam a ligação direta entre a casa comercial e os grandes mercados, os caixeiros viajantes cobriam áreas próximas e tinham a função de levantar as informações sobre a produção agrícola e da pecuária regional.

Reynaldo (2013) não faz distinção entre caixeiros viajantes e mascates e confirma que se tratava de um personagem a serviço de uma casa comercial ou de grandes comerciantes. Por outro lado, distinguia os mascates pela natureza do percurso em tropeiros, que viajavam por terra e, fluviais, que se utilizavam dos rios, lagoas e córregos para comprar e vender mercadorias.

A partir das considerações de Xavier et al. (2012), pode se dizer que Mané Farofa reunia ambas as características, ou seja, tanto poderia ser considerado um caixeiro viajante, pois anotava os pedidos dos seus clientes durante a viagem de ida ou de volta; como, também, um mascate, pois ia vendendo seus produtos ao longo do caminho. Mas era dono de seu negócio, um atravessador. A descrição das viagens e das particularidades envolvendo este personagem fronteiriço foi elaborada a partir de entrevistas, utilizando a técnica da história oral, com dois moradores antigos: um de San Pedrito e outro do PAR Bocaina.

O ponto de partida de Mané Farofa era Puerto Quijarro. Dali seguia o trajeto pela estrada municipal do Jacadigo que representa a linha divisória entre o território brasileiro e o boliviano. É onde, em certos pontos, se atravessa o limite internacional e adentra em um ou em outro país. As comunidades de El Carmem de La Frontera (Bolívia) e assentamento rural Tamarineiro Sul II Sul (Brasil), por exemplo, se encontram frente a frente, bastando apenas atravessar a via para ter acesso a esses locais.

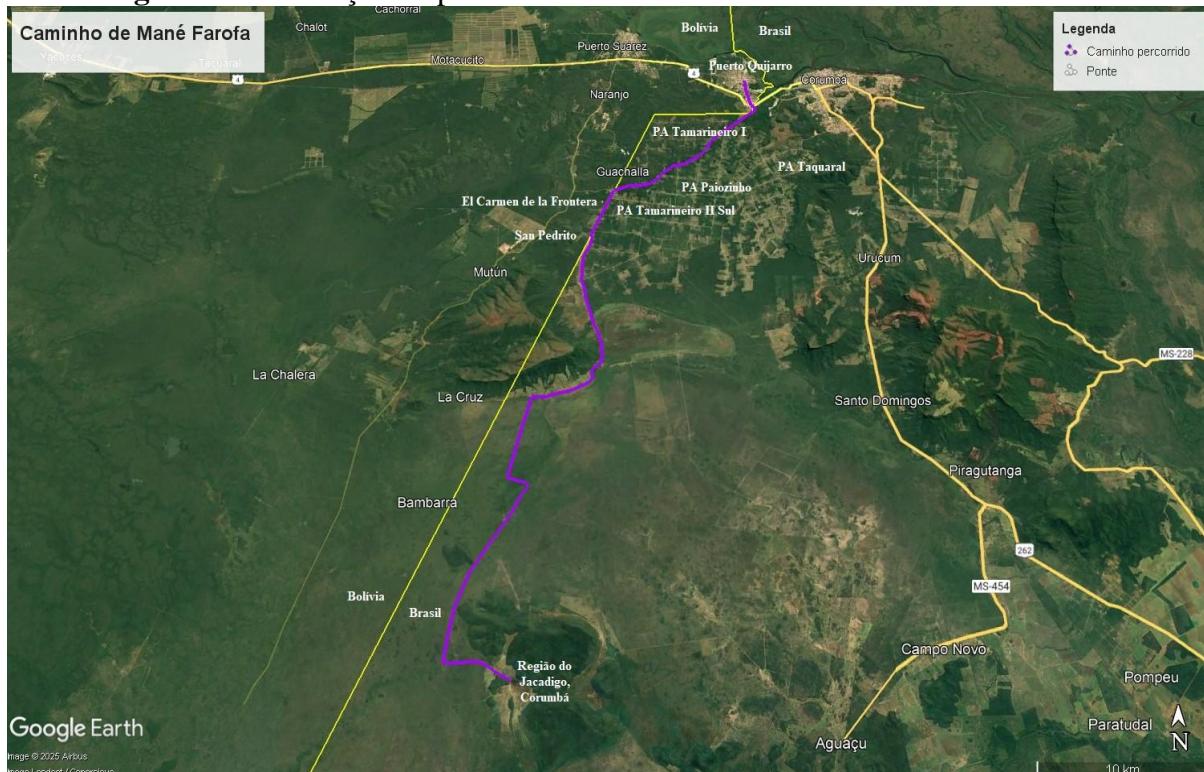
Mané Farofa saia de Puerto Quijarro com sua carroça abastecida de diversos produtos para serem comercializados com moradores residentes nas fazendas<sup>4</sup>, do lado brasileiro, e com os habitantes das comunidades rurais do lado boliviano, El Carmen de La Frontera e San Pedrito, chegando até a localidade conhecida como Jacadigo, do lado brasileiro. Ele vendia produtos alimentícios (feijão, arroz, trigo, farinha, óleo, macarrão e outros), baldes, vassouras, sabão, produtos diversos de higiene e limpeza, sal, açúcar, bebidas, fumo e outras mercadorias.

Era um trajeto percorrido durante vários dias. Em cada parada que fazia, além de comercializar seus produtos, anotava novas encomendas e entregava os pedidos realizados em viagens anteriores, reservando um tempo para o descanso. Quando ia se aproximando das

<sup>4</sup>Até os anos iniciais da década de 1980 os assentamentos rurais ainda não haviam sido implantados na região.

comunidades estourava fogos para avisar que já estava próximo e deixar a freguesia de sobreaviso, que logo se organizava para recepcioná-lo em busca das mercadorias que trazia consigo. Mané Farofa recebeu essa denominação por carregar, junto as suas bagagens, o prato principal que o “abasteceria” durante a longa viagem: a farofa. Chegando na última comunidade, que era o Jacadigo, o comerciante retornava para Puerto Quijarro fazendo o trajeto inverso e aproveitava para pegar os pedidos de encomenda que, anteriormente, não foram realizados. A distância total do percurso era de, aproximadamente, 50 km (Figura 3).

**Figura 3 – Simulação do percurso de Mané Farofa na fronteira Brasil-Bolívia.**



**Fonte:** Google Earth (2025). Org: Autores (2025).

É bastante possível acreditar que o mascate ou caixearo viajante visitasse outras áreas nas proximidades. Os relatos obtidos não permitiram compreender com exatidão a amplitude da sua escala de negociações. Suspeitamos, por conta da informação que passava vários dias viajando, que possa ter realizado interações comerciais com a comunidade de Maria Coelho, em Piraputanga, e com o distrito de Albuquerque. Elas ficam a menos de 50 km da estrada do Jacadigo e, a primeira surgiu ao final da Segunda Guerra Mundial, enquanto a segunda é um pouco mais antiga que Corumbá, de 1777.

Por que falar de Mané Farofa neste texto? A figura icônica do caixearo viajante ou mascate realizando seu ofício de vendedor poderia passar despercebida, senão fosse a análise

minuciosa onde constata-se que, através da atividade empreendida por Mané, se originavam laços de interação entre atores das duas franjas fronteiriças (Brasil- Bolívia). Relações sociais e comerciais que, historicamente, fazem desta uma região de fronteira.

Na sua carroça o personagem não transportava somente mercadorias, mas cultura, através da linguagem (o português e o espanhol), a informação, levando notícias das e para as comunidades por onde passava, sejam essas de natureza familiar do próprio local ou de outras regiões, exercendo nesse sentido a ação de territorialidade. Dessa forma, Raffestin (1993, p. 143) afirma que “ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço”.

De acordo com Raffestin (1993), os diferentes atores sociais envolvidos nas realidades fronteiriças se utilizam do espaço fronteiriço configurando relações de poder que auxiliam na percepção territorial. Essas, por sua vez, estão intimamente relacionadas as relações sociais corroborando com a assertiva proposta pelo autor: “o espaço é a ‘prisão original’ e o território é a prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 144).

Mané Farofa, como muitos mascates e caixeiros viajantes, criava laços de amizade e de confiança por onde passava. Sua volta era aguardada tanto pela oferta de produtos, quanto pelos “causos” e notícias regionais. A soltura de fogos nas proximidades dos lugares comunicava o sentido de festa, do encontro, das interações fronteiriças.

## Considerações Finais

As fronteiras são singulares na sua forma e manifestação de ser. Os fronteiriços elaboram estratégias de sobrevivência e resistência em razão da disponibilidade e condições de uso das técnicas a cada tempo. Adaptam condições, desenvolvem criatividades, (re)elaboram dinâmicas territoriais, que fazem da linha de limite internacional verdadeira falácia em suas práticas cotidianas.

Mané Farofa foi um personagem fronteiriço, um comerciante, um negociador que promoveu a integração das comunidades rurais ao longo da estrada do Jacadigo com as mercadorias provenientes de outras localidades. Utilizava como estratégias o conhecimento da região. Além dos produtos que levava promovia trocas de informações e de cultura. Uma figura histórica que se adaptou às condições territoriais da fronteira e que viu nelas as oportunidades para “ganhar a vida”.

## Referências

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870- 1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 61, p. 5–82, 2017.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, Feliciano (Org.). **Álbum Gráfico de Mato Grosso**. Reimpressão (original 1914). Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2011. Tomo 1.

CABREIRA, Marcia Maria. Cultura e identidade em São Paulo: a imigração síria e libanesa. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 93-103, jun. 2001.

COSTA, Edgar Aparecido da. Agroecologia como instrumento da emancipação camponesa. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 40, n. 4, p. 146-163, 2023.

COSTA, Edgar Aparecido da. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, n. 9, p. 65-86, 2013.

COSTA, Edgar Aparecido da; SABATEL, Vânia de Oliveira. Mobilidades humanas e interações sociais entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia. **Terr@ Plural** (UEPG. Online), v. 8, p. 13-35, 2014.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (org). **Espaço da diferença**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000. p. 31-49.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. Unidade Avançada - Corumbá/MS. **Relatório 2013**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n.º 117, de 15 de dezembro de 1995**. Projeto de Assentamento Tamarineiro II. Brasília: Incra, 1995.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Portaria n° 576, de 13 de julho de 1989**. Projeto De Assentamento Taquaral. Brasília: Incra, 1989b.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Resolução n.º 142 de 03 de julho de 1984**. Projeto de Assentamento Tamarineiro. Brasília: Incra, 1984a.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria. **Resolução n.º 03, de 11 de janeiro de 1982**. Projeto De Assentamento Rápido Bocaina. Brasília: Incra, 1982.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS. Dourados, MS: UEMS; UFGD, 2009.

MÜHLEN, Caroline von; SANTOS, Rodrigo Luis dos. Os caixeiros viajantes como agentes formadores de redes sociais no Rio Grande do Sul. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 01, p. 124-133, jan./jun. 2018.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária? **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 1, n. 2, p. 27-41, dez/2007.

PPAS. **Proyecto de Protección Ambiental y Social en el Corredor Bioceánico**. Conociendo nuestra región. Proyecto y guía para el docente primario y secundario: manifestaciones culturales del municipio de Puerto Quijarro. Santa Cruz, Bolivia: BID, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REYNALDO, Ney Iared. Uma análise econômica da Província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 5 n. 10 p. 157-183, jul./dez. 2013.

SABATEL, Vânia de Oliveira. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. Dissertação (mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, MS, 2013, 124 p.

VALHONDO DE LA LUZ, Joaquín. Reflexiones sobre el concepto de fronteras. **Etnicex**, n. 1, p. 133-145, 2010.

XAVIER, Wescley Silva; BARROS, Amon Narciso de; CRUZ, Rafaela Costa; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O imaginário dos mascates e caixeiros-viajantes de Minas Gerais na formação do lugar, do não lugar e do entrelugar. **Rev. Adm.**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 38-50, jan./fev./mar. 2012.